

POLÍTICA ECONÔMICA

Itamar e ministros divergem sobre estatais

O presidente quer controlar em detalhes preços e tarifas públicas e recusa explicações dos auxiliares para os pedidos de aumento

BEATRIZ ABREU



O governo Itamar Franco ainda não conseguiu chegar a um consenso sobre a política para as empresas estatais. O presidente em exercício quer controlar até o detalhe preços e tarifas públicas, como ficou demonstrado esta semana pela exigência de que a Petrobrás e os ministros econômicos comprovem a necessidade e a justeza dos percentuais de reajuste dos preços de combustíveis — o que não tinham conseguido até ontem.

"O presidente desafia seus ministros, ao lhes fazer as perguntas que ocorrem ao cidadão", resume um dos desafiadados, o ministro da Fazenda, Gustavo Krause. Ele perguntou aos ministros por que os preços públicos podem subir todo mês e o salário mínimo, apenas a cada quatro meses. E o ministro das Comunicações, Hugo Napoleão, provocou alarma ao anunciar que aumentaria duas das tarifas da Telebrás — ligação local e fichas telefônicas, que entram no cálculo da inflação — a cada quatro meses. A medida foi interpretada como uma diretriz geral, a ser adotada por todas as empresas.

Contrato de gestão — Krause e Paulo Haddad, do Planejamento, foram forçados a esclarecer que não querem reprimir as tarifas das estatais e criar mais déficit público, para combater a inflação. Os ministros, na verdade, estão divididos entre a necessidade de garantir o controle das empresas pelo Executivo — "elas querem ser autônomas no lucro e dependentes no déficit" critica um auxiliar de Krause — e o projeto de adotar, a médio prazo, os chamados contratos de gestão — que garantem maior autonomia econômico-financeira às diretorias, mas são incompatíveis com o controle de preços



Protásio Nêne/AE — 19/10/92

Conflito

Krause e Haddad: desafio de Itamar com perguntas que ocorrem ao cidadão

sugerido pelo estilo do presidente.

O problema imediato dos ministros é resolver como as estatais poderão auxiliar o governo no combate à inflação, sem ter prejuízo. A equipe econômica apresentará ao presidente esta semana a proposta de criar um cronograma de aumentos, que permita reajuste de preços e tarifas a cada dois ou três meses e ao final de determinado período possam acompanhar, também, a evolução da inflação.

Em um ponto, segundo os técnicos, Itamar Franco impôs seu ponto de vista na discussão sobre as empresas estatais: os reajustes devem refletir, principalmente, a evolução dos

custos de cada empresa e não um mero repasse da inflação, como se fez até agora para o setor de energia elétrica. A idéia é adotar uma criteriosa planilha de custos. Os aumentos serão concedidos com um olho na inflação e outro nos custos específicos de cada setor.

Mas abrir planilhas é questão polêmica. O presidente não concordou com os estudos apresentados pelo ministro das Minas e Energia, Paulino Cicero, para justificar o aumento dos combustíveis, e quer informações sobre os custos da estatal. Os técnicos que acompanham a área estão perplexos: "O problema das estatais é discutido por todo mundo e não é definido por ninguém, é difícil conciliar os detalhes."

Esta semana, os funcionários da antiga Coordenação de Controle das Empresas estatais — que será transformado em um Departamento do Ministério do Planejamento — foram surpreendidos por um decreto de Itamar Franco. O presidente determina que os representantes dos conselhos fiscal e de administração serão definidos pelos ministros aos quais as estatais estão vinculadas. O ex-ministro Marcilio Marques Moreira havia colocado um representante do extinto ministério da Economia em cada uma das estatais para "fiscalizar" as decisões dos conselhos de administração. Itamar invalidou essa decisão.

Sem consenso

Os parlamentares economistas envolvidos na discussão da reforma fiscal no Congresso continuam com posições divergentes sobre a maioria das propostas

Imposto sobre Ativos — Há unanimidade de que não passa no Congresso. O líder do governo na Câmara, Roberto Freire (PPS-PE), sugere como alternativa a votação do projeto que regulamenta o imposto sobre fortunas.

IPMF — O tributo será aprovado. Mas ninguém sabe a fórmula e o nome que terá. O deputado Benito Gama (PFL-BA) acha que o IPMF deveria substituir o Finsocial, a Contribuição sobre Lucro das empresas e o PIS. O deputado Germano Rigotto (PMDB-RS) acha que a conta não fecha. O Finsocial recolhe US\$ 7 bilhões, o PIS, US\$ 2,5 bilhões, e a contribuição sobre o lucro US\$ 1,9 bilhão. O IPMF só arrecadaria US\$ 9 bilhões.

O deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS) alerta para o fato de que é com esse imposto que o governo vai fechar as contas em 93.

● O deputado José Serra (PSDB-SP) considera que a reforma proposta pelo governo implica queda da receita tributária nacional, se não for computado o IMPF.

● O deputado Aluizio Mercadante (PT-SP) defende uma alíquota de 0,15% para o IPMF e não de 0,3%, como quer o governo. Acha que com alíquota mais baixa o imposto empilha.

● Roberto Freire diz que o IPMF "é essencial para o caixa".

Contribuição sobre Valor Agregado (CVA) — Os secretários estaduais de Fazenda temem que a contribuição implique sonegação do ICMS. A CVA perdeu força no Congresso.

● Benito Gama chama a atenção para a "extrema dificuldade operacional" da contribuição, mesma posição defendida por Ponte e Rigotto.

● Mercadante considera que a CVA é o "caminho natural" para uma reforma tributária ampla e estrutural, porque evita o efeito cascata e é a taxação usada nos países mais avançados. Mesma posição tem José Serra.

● Francisco Dornelles (PFL-RJ) considera a idéia interessante, mas acha que a alíquota de 7% proposta pelo governo não cobre os gastos com Previdência e Saúde.

● Freire acha que cresce o apoio à proposta no Congresso e no meio empresarial, mas admite resistências dos pequenos e médios empresários.

Imposto Seletivo (IS) — A substituição do IPI e do IVVC pelo Imposto Seletivo sobre seis itens (combustíveis, cigarros, veículos, bebidas, energia elétrica e telecomunicações) é uma das medidas mais polêmicas. Ponte considera que o IS poderia determinar o fim do IPI e do ICMS.

● José Serra (PSDB-SP) acha que bastaria ao governo zerar a alíquota do IPI para os demais produtos. Não precisaria criar um novo tributo nem alterar a Constituição.

● Mercadante está convencido de que a combinação do Imposto Seletivo com o ICMS vai reduzir a arrecadação dos grandes centros urbanos. São Paulo, calcula, perderia US\$ 84 milhões.

● Benito Gama vê problemas regionais, relacionados com o fim do IPI. As indústrias de São Paulo ficariam mais competitivas, agravando a concentração da atividade econômica no País.

● Em meio às divergências, Freire admite que o imposto "está em aberto".

Quebra do sigilo bancário — Existe moderada simpatia no Congresso pela medida.

● Ponte é a favor, embora saiba que parte do PMDB é contra.

● Mercadante é a favor e Benito Gama estuda a possibilidade de incluir alguma coisa em seu substitutivo, que ajude no combate à sonegação.

● Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) apresentou uma proposta que cria o Tribunal Fazendário, destinado a julgar questões tributárias. A idéia de Maurílio é colocar em prática uma experiência existente na Alemanha e na Bélgica, onde não existe liminar suspensando o pagamento dos impostos sub judice. Se perder a causa, o governo devolve o que foi arrecadado, com correção monetária.

● José Serra (PSDB-SP) considera uma grave lacuna no projeto do governo a ausência de medidas para resolver rapidamente pendências judiciais sobre tributos.

● Freire acha que o Congresso poderá aproveitar emenda do deputado Roberto Campos (PDS-RJ), que prevê a "ação declaratória", pela qual o presidente da República ou o procurador-geral podem pedir que o STF declare se determinada lei é constitucional.

Mudança do ano fiscal — O ministro da Fazenda, Gustavo Krause, é contra. Mas o seu partido, o PFL, é a favor. O líder do partido no Senado, Marcos Maciel, sugeriu a mudança do ano fiscal para abril/março.

● Mercadante é contra e o deputado José Serra acha que a proposta é como "queimar a casa para assar o leitão".

● Benito Gama diz que ainda não descartou a hipótese.

● Ponte e Germano Rigotto acham que o prazo exígua para a discussão e votação da reforma fiscal poderá levar à mudança.

● Francisco Dornelles tem uma emenda constitucional propondo a mudança do ano fiscal para abril/março.

● Freire conseguiu dos partidos compromisso de um esforço para a votação do ajuste este ano. "Nós corriamo o risco de ficar discutindo a mudança do ano fiscal e não o projeto de reforma tributária", diz.